

BPI SGPS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2001		2000		PASSIVO E CAPITALIS PRÓPRIOS	Notas	2001	2000
		Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		1		1		Débitos para com Clientes			
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	49	313		313	530	A prazo		207 002	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						Débitos representados por títulos			
Outros emissores	7	44 742		44 742	44 742	Obrigações em circulação	19	222 550	104 550
Ações e outros títulos de rendimento variável		4 479		4 479		Outros passivos	31	105 502	567
Participações	10	467 800		467 800		Contas de regularização	27	52 747	2 754
Partes de capital em empresas ligadas	51	1 004 684	5 718	998 966	854 681	Provisões para riscos e encargos			
Imobilizações incorpóreas	11	1 027	711	316	659	Provisões para pensões e encargos similares	24	5 481	2 549
Imobilizações corpóreas	11	486	113	373	379	Capital subscrito	29	645 625	645 625
Das quais: [Imóveis]		[5]		[5]	[5]	Prémios de emissão	52	201 052	201 052
Outros activos	31	221 099		221 099	197 403	Reservas	53	257 000	95 130
Contas de regularização	27	3 167		3 167	17 544	Lucro do exercício		44 297	63 711
Total do Activo		1 747 798	6 542	1 741 256	1 115 938	Total do Passivo e dos Capitais Próprios		1 741 256	1 115 938

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BPI SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CUSTOS	Notas	2001	2000	PROVEITOS	Notas	2001	2000
Juros e custos equiparados	39	6 186	4 834	Juros e proveitos equiparados	39	2 444	2 095
Comissões		64	56	Dos quais:			
Prejuízos em operações financeiras			603	[De títulos de rendimento fixo]		[2 260]	[2 070]
Gastos gerais administrativos				Rendimento de títulos			
Custos com o pessoal	39	2 198	3 283	Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	39	50 462	71 101
Dos quais:				Lucros em operações financeiras			603
[Salários e vencimentos]		[2 158]	[3 256]	Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor			
[Encargos sociais]		[40]	[27]	relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de			
Dos quais:				imobilizações financeiras, a participações e a partes de			
[Com pensões]		[3]	[2]	capital em empresas coligadas	25		6 169
Outros gastos administrativos		677	799	Outros proveitos de exploração		20	5
Amortizações do exercício	11	352	252	Ganhos extraordinários	39	3 829	746
Outros custos de exploração		28	2				
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	25	2 932	1 302				
Provisões para imobilizações financeiras	25		5 718				
[Resultado da actividade corrente]		[40 489]	[63 123]				
Perdas extraordinárias	39	12	110				
Impostos sobre os lucros	41	1	1				
Outros impostos		8	48				
Lucro do exercício		44 297	63 711				
		<u>56 755</u>	<u>80 719</u>			<u>56 755</u>	<u>80 719</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BPI SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2001	2000
Margem financeira	(3 743)	(2 739)
Comissões líquidas	(64)	(55)
Outros resultados de exploração líquidos	(16)	(46)
Margem de serviços	(80)	(101)
Rendimento de títulos	50 462	71 101
Resultados antes de custos de transformação	46 639	68 261
Custos com o pessoal	(2 198)	(3 283)
Outros gastos administrativos	(677)	(799)
Amortizações do exercício	(352)	(252)
Custos de transformação	(3 227)	(4 334)
Resultado operacional	43 412	63 927
Outras provisões	(2 931)	(851)
Resultados na alienação de participações	3 790	
Resultados extraordinários	27	636
Resultados antes de impostos	44 298	63 712
Impostos	(1)	(1)
Lucro do exercício	44 297	63 711

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BPI SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2001	2000
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	2 379	1 960
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(143)	(106)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(4 045)	(3 914)
Resultados extraordinários operacionais	27	(110)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	(1 782)	(2 170)
Diminuições (aumentos) em:		
Outros activos e contas de regularização	(291)	
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(291)	0
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos e contas de regularização	(45)	(271)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(45)	(271)
	(2 118)	(2 441)
Pagamento de impostos sobre lucros	(2)	(1)
	(2 120)	(2 442)
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Aquisição/constituição de partes de capital em empresas coligadas:		
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	(45 000)	
Douro - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	(3 604)	(1 252)
BPI Ventures, SGPS, S.A.		(25 000)
Venda de participações:		
Luságua Gestão de Águas, S.A.	5 986	
Aquisição de participações:		
Aquapor - Serviços, S.A.	(9 831)	
Outras	(1 676)	
Outras vendas de participações	5 413	
Realização de capital em empresas coligadas:		
BPI Capital SGPS, S.A.		(3 467)
Suprimentos a empresas coligadas:		
BPI Ventures, SGPS, S.A.	(40 000)	
BPI Capital SGPS, S.A.		(2 992)
BPI Participações SGPS, S.A.		(179 418)
Aquisições de imobilizado corpóreo e incorpóreo	(3)	(325)
Dividendos recebidos	31 322	70 808
	(57 393)	(141 646)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Emissões de dívida titulada e subordinada:		
Papel Comercial (fluxo líquido de amortizações)	118 000	5 489
Aumento de capital		
Valor nominal		80 625
Prémios de emissão		120 937
Juros de dívida titulada e subordinada	(5 980)	(6 419)
Dividendos distribuídos	(58 097)	(56 493)
	53 923	144 139
Aumento de caixa e seus equivalentes	(5 590)	51
Fusão com a BPI Private Equity, BPI Participações e BPI Capital	5 374	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	530	479
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	314	530

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas
Domingos António Baptista Vieira

O Conselho de Administração
Presidente: Artur Santos Silva
Vice-Presidentes: Carlos da Câmara Pestana
Fernando Ulrich
Ruy Matos de Carvalho
Alfredo Resende de Almeida
Vogais: António Seruca Salgado
António Domingues
Armando Leite de Pinho
Fernando Ramirez
Isidro Fainé Casas
João Sanguinetti Talone
José Pena Amaral
Klaus Dührkop
Manuel de Oliveira Violas
Diethart Breipohl
Roberto Egydio Setúbal
Tomás Jervell
Maria Celeste Hagatong
Manuel Ferreira da Silva

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão do exercício de 2001 e as demonstrações financeiras individuais anexas do BPI – SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2001 que evidencia um total de 1.741.256 m.euros e capitais próprios de 1.147.974 m.euros, incluindo um resultado líquido de 44.297 m.euros, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e as correspondentes notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, de que a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

5. As demonstrações financeiras individuais anexas da Sociedade foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas, apresentadas separadamente, são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira da Sociedade e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2001 consistem num aumento do activo em 23.051.689 m.euros, numa diminuição das reservas de 328.273 m.euros e num aumento do lucro do exercício de 88.986 m.euros.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 5 acima, a posição financeira individual do BPI – SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. Em 2001 a Sociedade incorporou por fusão as suas subsidiárias BPI Capital – SGPS, S.A., BPI - Participações – SGPS, S.A. e BPI – Private Equity – SGPS, S.A.. Para efeitos contabilísticos, a fusão produziu efeitos a partir de 1 de Julho de 2001. Esta operação implicou um aumento das reservas da Sociedade no montante de 156.256 m.euros (Notas 1 e 53).
8. Em 2000 a Sociedade recebeu dividendos antecipados das suas participadas relativos ao próprio exercício, no montante de 14.675 m.euros. Nos termos do Plano de Contas para o Sector Bancário, a Sociedade reconheceu estes dividendos como proveitos na demonstração de resultados individuais do exercício de 2000 (Nota 39).

Porto, 28 de Fevereiro de 2002

Magalhães, Neves e Associados, SROC
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

BPL - SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2001			2000		PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS	Notas	2001	2000
		Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.1	506 726		506 726	529 989		Débitos para com Instituições de Crédito			
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	4.2	353 688		353 688	361 407		À vista	4.14	43 577	25 675
Outros créditos sobre Instituições de Crédito	4.3	3 631 275	118 955	3 512 320	2 690 824		A prazo ou com pré-aviso	4.14	6 649 267	5 909 019
Créditos sobre Clientes	4.4	15 471 013	98 874	15 372 139	13 391 350		Débitos para com Clientes			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							Depósitos de poupança	4.15	833 304	789 262
Emissores públicos	4.5	1 518 335	22	1 518 313	1 154 769		Outros débitos			
Outros emissores	4.5	1 191 022	4 448	1 186 574	1 288 730		À vista	4.15	4 706 046	4 316 987
Acções e outros títulos de rendimento variável	4.6	171 585	16 147	155 438	247 310		A prazo	4.15	6 513 766	6 009 599
Partes de capital em empresas associadas	4.7	106 313	938	105 375	63 613		Débitos representados por títulos			
Partes de capital em empresas filiais excluídas							Obrigações em circulação	4.16	3 121 750	1 944 302
da consolidação	4.8	49 820		49 820	45 984		Outros passivos	4.17	206 690	172 566
Outras participações financeiras	4.9	678 417	6 468	671 949	659 592		Contas de regularização	4.18	622 170	737 021
Imobilizações incorpóreas	4.10	102 275	81 420	20 855	23 335		Provisões para riscos e encargos			
Imobilizações corpóreas	4.11	619 203	314 935	304 268	315 255		Provisões para pensões e encargos similares	4.19	9 442	5 886
Das quais: [Imóveis]		[301 213]	[109 311]	[191 902]	[199 568]		Outras provisões	4.19	235 576	182 773
Acções próprias		1 707		1 707	982		Fundo para riscos bancários gerais	4.19	6 658	5 679
Outros activos	4.12	302 264	37 340	264 924	340 176		Passivos subordinados	4.21	631 097	582 793
Contas de regularização	4.13	768 849		768 849	794 060		Interesses minoritários	4.22	304 915	295 824
							Capital subscrito	4.23	645 625	645 625
							Prémios de emissão	4.24	201 052	201 052
							Reservas	4.25	(71 273)	(69 042)
							Lucro consolidado do exercício	4.36	133 283	152 355
Total do Activo		25 472 492	679 547	24 792 945	21 907 376		Total do Passivo e dos Capitais Próprios		24 792 945	21 907 376
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS										
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	4.28			3 297 860	3 048 316					
Dos quais:										
[Garantias e avals]				[3 224 501]	[2 949 105]					
[Outros]				[73 359]	[99 211]					
Compromissos	4.28			3 335 548	3 247 525					

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CUSTOS	Notas	2001	2000	PROVEITOS	Notas	2001	2000
Juros e custos equiparados	4.29	1 204 612	1 039 435	Juros e proveitos equiparados	4.29	1 684 268	1 475 061
Comissões	4.30	17 231	11 540	Rendimento de títulos	4.29	15 908	7 183
Prejuízos em operações financeiras	4.31	1 018 043	911 207	Comissões	4.30	210 102	206 878
Gastos gerais administrativos				Lucros em operações financeiras	4.31	1 058 674	957 933
Custos com o pessoal	4.32	288 277	277 871	Reposições e anulações de provisões	4.27	30 582	24 566
Outros gastos administrativos		165 025	152 912	Resultados em empresas associadas e em filiais			
Amortizações do exercício	4.10/4.11	51 834	45 874	excluídas da consolidação		14 491	11 955
Outros custos de exploração	4.33	8 105	6 723	Outros proveitos de exploração	4.33	62 737	35 126
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	4.27	109 713	104 292	Ganhos extraordinários	4.34	84 496	70 398
Provisões para imobilizações financeiras	4.27	5 395	526				
Perdas extraordinárias	4.34	79 460	28 771				
Impostos sobre os lucros	4.35	59 630	31 424				
Outros impostos		3 393	3 862				
Interesses minoritários no lucro do exercício	4.22	17 257	22 308				
Lucro consolidado do exercício	4.36	133 283	152 355				
		<u>3 161 258</u>	<u>2 789 100</u>			<u>3 161 258</u>	<u>2 789 100</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BPI SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2001	2000
Margem financeira	479 656	435 626
Provisões para risco de crédito	(37 944)	(58 223)
Margem financeira líquida	441 712	377 403
Comissões líquidas	192 871	195 338
Outros resultados de exploração líquidos	51 239	24 541
Margem de serviços	244 110	219 879
Rendimento de títulos	15 908	7 183
Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	14 491	11 955
Resultados em operações financeiras	40 631	46 726
Provisões para depreciação de títulos	(5 374)	(11 980)
Resultados antes de custos de transformação	751 478	651 166
Custos com o pessoal	(288 277)	(277 871)
Outros gastos administrativos	(165 025)	(152 912)
Amortizações do exercício	(51 834)	(45 874)
Custos de transformação	(505 136)	(476 657)
Resultado operacional	246 342	174 509
Outras provisões	(41 208)	(10 049)
Resultados na alienação de participações	6 166	37 731
Outros resultados extraordinários	(1 130)	3 896
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	210 170	206 087
Impostos	(59 630)	(31 424)
Interesses minoritários	(17 257)	(22 308)
Lucro consolidado do exercício	133 283	152 355

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BPLSGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2001	2000
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	2 635 433	2 024 508
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(1 763 993)	(1 382 028)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(410 050)	(465 020)
Recuperações de crédito e juros vencidos	18 855	18 730
Resultados extraordinários operacionais	1 217	(7 203)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	<u>481 462</u>	<u>188 987</u>
Diminuições (aumentos) em:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	(821 721)	(144 865)
Créditos sobre clientes	(1 998 396)	(3 929 780)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(255 021)	(470 213)
Acções e outros títulos de rendimento variável	21 533	102 027
Outros activos e contas de regularização	63 474	104 135
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	<u>(2 990 131)</u>	<u>(4 338 696)</u>
Aumentos (diminuições) em:		
Débitos para com instituições de crédito - a prazo ou com pré-aviso	740 248	2 701 540
Débitos para com clientes	937 268	1 394 044
Outros passivos e contas de regularização	(22 772)	(83 273)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	<u>1 654 744</u>	<u>4 012 311</u>
Contribuições para Fundos de Pensões	(140 416)	(75 140)
Pagamento de impostos sobre lucros	(35 736)	(21 923)
	<u>(1 030 077)</u>	<u>(234 461)</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição / constituição de partes de capital		
Aquapor - Serviços, S.A.	(9 831)	
Douro - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	(3 592)	(1 251)
Solo - Investimentos em Comunicações, SGPS, Lda		(21)
Viacer - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	(25 481)	
Outras	(200)	(143)
Venda de partes de capital		
Eurovalor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.		330
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	5 986	
Aquisições de participações e outras imobilizações financeiras	(12 538)	(689 479)
Vendas de participações e outras imobilizações financeiras	13 311	210 541
Aquisições de imobilizado incorpóreo e corpóreo	(42 540)	(60 747)
Vendas de imobilizado corpóreo:		
Imóveis de serviços próprio	3 613	1 499
Outros	1 810	3 669
Outras variações em imobilizado corpóreo e incorpóreo		(660)
Dividendos recebidos e outros proveitos	13 156	12 668
	<u>(56 306)</u>	<u>(523 594)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissões de dívida titulada e subordinada	1 718 696	964 746
Amortizações de dívida titulada	(357 915)	(56 681)
Aquisições e vendas de dívida titulada e subordinada própria	(135 725)	(191 299)
Aumento de capital		201 562
Juros de dívida titulada e subordinada	(111 537)	(47 263)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(17 923)	(21 859)
Distribuição de dividendos	(58 097)	(56 493)
	<u>1 037 499</u>	<u>792 713</u>
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(48 884)	34 658
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	865 721	831 063
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>816 837</u>	<u>865 721</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações

O Técnico Oficial de Contas
Domingos António Baptista Vieira

O Conselho de Administração

Presidente	Artur Santos Silva
Vice-Presidentes	Carlos da Câmara Pestana Fernando Ulrich Ruy Matos de Carvalho
Vogais	Alfredo Resende de Almeida António Seruca Salgado António Domingues Armando Leite de Pinho Fernando Ramirez Isidro Fainé Casas João Sanguinetti Talone José Pena Amaral Klaus Dührkop Manuel de Oliveira Violas Diethart Breipohl Roberto Egydio Setúbal Tomás Jervell Maria Celeste Hagatong Manuel Ferreira da Silva

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre o relatório de gestão do exercício de 2001 e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do BPI - SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 que evidencia um total de 24.792.945 m.euros e capitais próprios de 908.687 m.euros, incluindo um resultado líquido de 133.283 m.euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e as correspondentes notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, de que a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPI – SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 6 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. A entrada em vigor do Aviso nº 12/2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal, introduziu alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma. Em 31 de Dezembro de 2001, as diferenças mais significativas face às políticas previstas no regime em vigor no exercício anterior, referem-se ao registo dos desvios negativos de natureza actuarial e financeira e à não consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados dos Colaboradores no activo. Os referidos desvios, no montante de 72.449 m.euros, encontram-se reflectidos em “Contas de regularização – activo” e o aumento de responsabilidades relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez, no montante de 90.077 m.euros, foi registado em “Rubricas extrapatrimoniais” e será amortizado num período aproximado de vinte anos, com início em 2002 (Notas 2.12, 4.13, 4.20 e 4.28).

No primeiro semestre de 2001, após obtida autorização do Banco de Portugal, a Sociedade amortizou por contrapartida de reservas as despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas não relevadas como custo em 31 de Dezembro de 2000, bem como o acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no primeiro semestre de 2001 (Notas 2 e 4.20). Face a este registo, durante o exercício de 2001 a Sociedade não procedeu a qualquer amortização por resultados dos custos com as reformas antecipadas do primeiro semestre de 2001 e de exercícios anteriores. Este procedimento implicou uma redução do activo e das reservas no montante de 80.402 m.euros.

Porto, 28 de Fevereiro de 2002

Magalhães, Neves e Associados - SROC
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

BPI - SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Rua Tenente Valadim, n.º 284, Porto

Pessoa Colectiva n.º 501 214 534

Capital Social: € 645 625 000

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto
sob o número 35 619**EXTRACTO****DE INSTRUMENTO DE ACTA DE REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2002**

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários e do artigo 6.º do Regulamento da CMVM n.º 11/2000, publica-se o extracto da Acta de Aprovação de Contas individuais e consolidadas e da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2001, aprovada na Assembleia Geral da sociedade, a qual teve lugar no dia 3 de Abril de 2002, no Auditório da Fundação de Serralves, na cidade do Porto:

“(…)

Não tendo sido suscitada qualquer questão, foi explicado o método de votação a adoptar na reunião. Assim, no que toca ao ponto número um da ordem de trabalhos, o Relatório de Gestão e as Contas individuais e consolidadas do exercício de 2001 foram aprovados por maioria de 99,84% dos votos presentes e com quatro abstenções.

(…)

Colocada a votação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que a seguir se transcreve, a mesma foi aprovada por maioria de 99,83% dos votos presentes, com três abstenções e sete votos contra:

“No exercício de 2001, o BPI – SGPS, S.A. obteve um lucro consolidado de 133 282 752 euros e um lucro individual de 44 297 107.54 euros.

Propõe-se que, relativamente ao exercício de 2001, seja distribuído um dividendo de 0.09 euros (9 cêntimos de euro) a cada uma das 645 625 000 acções representativas do capital social em 31 de Dezembro de 2001.

O dividendo por acção proposto é igual ao distribuído no ano anterior e corresponde a uma distribuição de 44% do lucro consolidado do exercício.

Nas contas individuais, o dividendo proposto, acrescido do montante a reter para reserva legal, nos termos do artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, determina a distribuição parcial de reservas livres do BPI – SGPS, S.A. no montante de 16 023 997.84 euros, em complemento à utilização do seu lucro individual. Nas contas consolidadas, o dividendo proposto implica que a parcela do lucro consolidado não distribuído, no montante de 75 176 502 euros determine o aumento das reservas para 204 955 600 euros.

Assim, no exercício da competência que lhe confere o artigo 16.º, n.º 2, b) dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do lucro do exercício:

Para Reserva Legal (artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais)	2 214 855.38 euros
Para dividendo	42 082 252.16 euros
Aplicação do lucro individual	44 297 107.54 euros
Distribuição de reservas livres	16 023 997.84 euros
Dividendo a distribuir	58 106 250.00 euros

(...)"

9 de Abril de 2002

O Secretário Geral do BPI – SGPS, S.A.

Rui de Faria Lélis

